

FRONTEIRA AGRÍCOLA, FORÇA DE TRABALHO E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM MATO GROSSO

Roberto de Souza Santos
UFT de Porto Nacional-TO
robertosantos@uft.edu.br

RESUMO

Este artigo procura abordar o processo de urbanização e a reprodução da força de trabalho e levantar uma discussão teórica sobre o papel do Estado na formação e na expansão da fronteira agropecuária em Mato Grosso, desde início dos anos 1940 até os anos 1990. Para isso, é necessário identificar os fatores que condicionaram a origem das cidades e proporcionaram o seu crescimento na rede urbana de Mato Grosso além de analisar o papel do Estado na ocupação do território na organização do modo de produção e na estruturação da fronteira agrícola e abordar a importância do capital agropecuário como agente que contribui para a ocupação demográfica através da introdução de novas técnicas, agroindústrias, infraestrutura urbana e não urbana em Mato Grosso. A pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa e em pesquisa de campo e revisão bibliográfica. No processo histórico do padrão de acumulação capitalista ou dos ciclos econômicos, a força de trabalho tende a moldar-se e adaptar-se de acordo com os princípios e das regras da reprodução do capital.

Palavras-chave: fronteira agrícola; força de trabalho; urbanização; desenvolvimento regional.

AGRICULTURAL BORDER, WORKFORCE AND URBANIZATION PROCESS IN MATO GROSSO

ABSTRACT

This article aims at approaching the urbanization process and the reproduction of the labor force and raise a theoretical discussion about the state's role in the formation and expansion of the agricultural border in Mato Grosso, from the early 1940s until the 1990s. We also aim at : Identifying the factors that conditioned the rise of cities and favoured their growth in the urban network of Mato Grosso; analyzing the role of government in land use in the organization of the production process and the structuring of the agricultural border as well as approaching the importance of capital as an agricultural agent that contributes for the demographic occupation by introducing new techniques, agribusiness, , urban and non-urban infrastructure in Mato Grosso. The research was based on qualitative approach ,field research and literature review. In the historical process of pattern capitalist accumulation or economic cycles, the workforce tends to mold and adapt themselves according to the principles and rules of the reproduction of capital.

Keywords: agricultural border; labor force, urbanization, regional development.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa de campo e bibliográfica. A pesquisa de campo baseou-se em visitas a campo nos municípios de Primavera do Leste, Campo Verde, Rondonópolis, Jaciara, Juscimeira, Dom Aquino e outros no estado de Mato Grosso. Os dados demográficos e populacionais foram colhidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A revisão bibliográfica baseou-se em livros e periódicos que abordam sobre o tema desenvolvido na pesquisa.

A relevância desta pesquisa é justificada pela necessidade de debater de forma crítica e levantar uma discussão sobre a formação e estruturação da fronteira em Mato Grosso e dos condicionamentos sociais e econômicos desta fronteira na formação do mercado de trabalho e

Recebido em 18/05/2011

Aprovado para publicação em 24/09/2012

do processo de urbanização do espaço regional. Justifica ainda pela sua contribuição para o conhecimento científico geográfico e para consultas bibliográficas.

A pesquisa baseou-se em uma abordagem qualitativa que procura realizar uma aproximação fundamental da intimidade entre sujeito e objeto. E trabalha com a realidade social e os acontecimentos que são apresentados primeiramente como qualidades como o vivido que pode ser interpretado pela ciência e, enquanto experiência vivida em nível de forma, sobretudo da linguagem que a prática cientista visa transformar em conceitos. A pesquisa qualitativa é adequada para aprofundar a análise sobre a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos. A partir deste pressuposto, pode-se afirmar que temas como fronteira agrícola mecanizada, rede urbana, reprodução da força de trabalho para serem compreendidos cientificamente, é necessário serem analisados e estudados numa perspectiva metodológica a partir de uma abordagem qualitativa, que consiga explorar de forma inteligível, o seu grau de complexidade interna.

Ao analisar e compreender a produção do espaço agrário de Mato Grosso é necessário fazer um diagnóstico da formação e estruturação da fronteira agropecuária. A formação e organização do espaço de Mato Grosso, primeiro deu-se com a abertura do território pelos bandeirantes com o intuito de explorar minas auríferas e madeiras, manter o domínio e a segurança do território no Brasil Colônia. Com a chegada dos bandeirantes, começa o processo do fluxo migratório e povoamento. Com isso surgem os primeiros povoados urbanos nos arredores das explorações diamantíferas na região de Cuiabá, no início do século XIX. A ocupação humana da região era uma forma de garantir a geopolítica territorial inicial para o governo central.

A fronteira agrícola subsidiada pelo Estado a partir de 1930 faz parte do contexto das políticas “Marcha Para o Oeste” instituídas pelo Presidente Getúlio Vargas. A criação dos eixos rodoviários da BR-364 e da BR-163 abriu caminhos para o processo de colonização, de urbanização e de ocupação humana e para o desenvolvimento regional em Mato Grosso.

A partir de 1970, o governo militar implantou uma política agropecuária para exportação em Mato Grosso que integrou-o a Amazônia Legal em 1972. Os Programas como POLO-AMAZÔNIA e POLO-CENTRO, o II Plano de Nacional de Desenvolvimento – PND de 1975 a 1979 e os planos de pólos desenvolveram consideravelmente a agropecuária e propiciou a migração de trabalhadores para a região e a formação da fronteira agrícola mecanizada.

As áreas urbanas em Mato Grosso em um primeiro momento tiveram sua origem e formação proporcionadas pela atividade garimpeira e agropecuária. O processo de urbanização nestas áreas se estabeleceu de forma espontânea, isto é, sem um planejamento urbanístico e local do poder público. As áreas urbanas criadas a partir do processo de colonização tiveram um planejamento governamental com infraestrutura urbana de serviços de saúde, de educação formal e de apoio para a atividade comercial e de indústrias de transformação (madeiras e agroindústrias).

Ao longo da pesquisa de campo e da revisão bibliográfica, constatou-se que o mercado de trabalho é vulnerável e passível de metamorfosear-se a qualquer ação da postura política do Estado ou dos condicionamentos do capital. No processo histórico do padrão de acumulação capitalista ou dos ciclos econômicos, a força de trabalho tende moldar-se e adaptar-se de acordo com os princípios e das regras da reprodução do capital. Desde o período agroexportador até o modelo do capitalismo industrial atual, toda vez que o modo de produção se reorganiza e se reestrutura suas bases produtivas, o mercado de trabalho necessariamente o reorganizará concomitantemente.

EXTRATIVISMO E AGROPECUÁRIA COMERCIAL

No período compreendido entre 1870 a 1930 se estabeleceu a evolução da infraestrutura ferroviária e as grandes transformações econômicas e espaciais na região sul mato-grossense, que passa a incorporar o dinamismo econômico paulista proporcionando a intensificação da atividade econômica extrativa. Dessa forma, o Mato Grosso experimenta um novo surto migratório de povoamento orientado pela extração da borracha, cana-de-açúcar e erva-mate, produtos de grande aceitação no mercado externo (PIAIA, 1997).

A atividade canavieira, desde 1727, se estabeleceu no estado. Em 1888, surge as primeiras agroindústrias do açúcar. A pecuária começa ter importância econômica no estado a partir de 1879. As grandes propriedades territoriais destinadas a essa atividade foram controladas por companhias estrangeiras como "The Brazilian Meat Company", Fomento Argentino Sud-Americano, Franco-Brasileira, The Miranda Estancia "Company", "Sud-Américaine Belge S/A" e "Brazil Lande Cattle and Packing" com fazendas entre 5.000 a 884.231 hectares. Estas grandes propriedades agiram na forma de monopólios e tornaram mais intensos os processos de concentração fundiária. Além da criação bovina, houve também a industrialização do setor com fabricação de extrato e caldo de carne e o charque na década de 1920, conforme aborda BORGES (1991).

A erva-mate foi outra atividade econômica de grande importância na região que contribuiu para a formação de alguns núcleos urbanos no sul do estado, como Ponta Porã, Porto Murtinho e Bela Vista. A atividade foi responsável pela concentração da terra nas áreas de produção e, desdobrando-se na organização espacial do território mato-grossense. Neste contexto, surge a empresa Mate Laranjeira, verdadeiro truste empresarial, que incentivou o processo de divisão político-administrativa do território mato-grossense em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, conforme aborda Silva (1996).

A força de trabalho foi marcada pelo regime de trabalho escravo na exploração excessiva do extrator garimpeiro. O trabalho escravo foi estabelecido na atividade garimpeira ao longo do século XVIII e, com o declínio das minas, provocou uma mobilidade espacial significativa dessa mão-de-obra para outros lugares fora dos limites mato-grossenses. A mão-de-obra escrava que permaneceu no estado concentrou-se nos engenhos de açúcar, organizados tradicionalmente sob a forma escravista (BORGES, 1991).

A utilização do trabalho escravo deu-se primeiramente na agroindústria canavieira. A utilização de escravos em fazendas, usinas do açúcar mato-grossenses, constituíram-se em uma das grandes violências existentes posteriormente ao período imperial. Esse regime de trabalho estendeu-se mesmo após a Abolição da Escravatura.

Paralelamente ao trabalho escravo, antes de 1888, haviam desenvolvido, em Mato Grosso, a força de trabalho não escrava, presente nas atividades extrativas, principalmente na pecuária e na agroindústria canavieira. Alguns se ocuparam na extração ou dedicaram-se à pesca e a lavoura de subsistência.

Na extração da borracha, o regime de trabalho estabelecido foi o do "endividamento", resultante do grande número de compromissos, do trabalhador para com o patrão. Um trabalhador que viesse a desistir do trabalho de extração, depois de estabelecido o compromisso ou fugir por não ter como saldar o adiantamento recebido, era procurado e, quando encontrado, obrigado a devolver o dinheiro recebido sob a forma de trabalho forçado. O período da borracha proporcionou aos seringueiros a fixação à terra.

A erva-mate, em sua extração, também utilizou parcialmente o sistema de trabalho de "endividamento" de forma sazonal e nômade (SILVA, 1996). O dia-a-dia dos erveteiros mato-grossenses era bastante pesado, tendo de trabalhar em lugares insalubres e transportar o maior número possível de fardos de mate, que chegavam a pesar 50 kg, produzindo sérios problemas de saúde aos trabalhadores.

O regime de trabalho utilizado no setor pecuário também se constituiu em uma atividade nômade com adaptação bastante rápida da mão-de-obra indígena empregada no trabalho de vaqueiro. Além do indígena, a mão-de-obra de origem paraguaia foi empregada com frequência nas atividades pastoris na região.

As condições peculiares do trabalho em cada uma das atividades econômicas variavam até mesmo o trabalho assalariado. Apesar da existência de trabalhadores livres em Mato Grosso, entre 1870 e 1930, as relações de trabalho tenderam a criar vínculos de dependência entre os grandes proprietários e os trabalhadores. O mecanismo de expropriação do pequeno produtor através da concentração fundiária, ocorreu a partir dos anos 1920 no estado. Segundo Borges (1991), constata-se que os imóveis entre 2.001 a 5.000 hectares, são os que apresentaram maior número de estabelecimentos com 784 unidades, enquanto que os minifúndios entre 101 a 200 hectares contabilizaram apenas 142 neste período.

Até o ano de 1931, registrou-se a existência de escravidão de negros, índios e imigrantes europeus em algumas usinas do Norte do estado e, formas de repressão com guarda própria, troncos e casas de suplício. Na região Sul, mais especificamente nos ervais da Cia. Mate Laranjeira, os trabalhadores que contraíram dívidas com a empresa passavam longo tempo trabalhando sob regime de escravidão (BORGES, 1991).

Até o período de 1930, no campo o padrão de acumulação baseou-se na atividade econômica extrativa, na pecuária e na agricultura comercial e, o regime da força de trabalho, no assalariado rural; enquanto que, na cidade, o padrão de acumulação baseou-se na atividade mercantil.

FRONTEIRA AGRÍCOLA SUBSIDIADA PELO ESTADO (1931 A 1970)

O período compreendido entre 1930 e 1970, foi marcado pela concessão de terras na colonização oficial e doação de glebas no interior do Mato Grosso. Em 1930, as terras devolutas foram vendidas às empresas colonizadoras e as áreas de colonização oficial ficaram reservadas às pessoas físicas. A partir deste período, o poder público passa a dimensionar sua estratégia política de colonização e ocupação do território mato-grossense com a privatização de suas terras devolutas e a instalação da colonização dirigida (pública).

No primeiro mandato de Vargas, década de 1940, instituiu-se a política ocupacional da “Marcha para o Oeste” com a criação de colônias agrícolas e a necessidade de abrir novas fronteiras econômicas e ampliar a malha viária no Centro-Oeste para favorecer a penetração do capital agropecuário na região. Para tanto, incentivou-se a produção na pequena propriedade que foi responsável pelo abastecimento de grãos na fronteira em expansão, constituída em sua maioria por nordestinos migrados do Sudeste (GONTIJO, 1988).

Entretanto, os pequenos produtores (colonos) contraíram dívidas, e na impossibilidade de continuar produzindo em suas propriedades, venderam-as para o latifundiário. Acredita-se que a pequena produção aqui mencionada, constituiu uma estratégia, no sentido de contornar a demanda de trabalhadores no extrativismo vegetal e mineral na fronteira. Por outro lado, a transformação da pequena produção rural em uma pequena produção capitalista encontrou sua origem nas políticas desenvolvimentistas do Estado, como crédito de infraestrutura e de regularização fundiária.

Entre 1940 e 1950, foram criadas as colônias agrícolas (estaduais e particulares) na região Sul do estado pelo Departamento de Terras e Colonização (DTC, órgão estadual): de Mutum (1939), Paraíso (1943), Nossa Senhora de Fátima (1947), Paulista (1948), Coronel Ponce (1948), Alto Coité (1948), Naboreiro (1949), Macacos (1949) Rondonópolis (1948), Dourados, Taquari-Mirim e Ministro João Alberto (atualmente Nova Xavantina) (GONTIJO, 1988). Entre 1950 e 1955, o governo mato-grossense adotou uma política para sistematizar a ocupação das terras e a expansão da fronteira agrícola. De início, o governo incentivou a implantação de empresas colonizadoras particulares, mas não teve êxito, pois as terras colonizadas ficaram inadimplentes, sendo devolvidas ao estado posteriormente.

Em 1960, o governo federal procurou incentivar os agricultores através de programas especiais como o Pró-Terra e Pólo-Centro, com juros baixos e em longo prazo, como forma de desenvolver a economia regional. Ao mesmo tempo, as políticas de estímulo à expansão de frentes da agricultura comercial, no cerrado, tiveram impactos consideráveis sobre a produção do território mato-grossense com a implementação de pesquisa através da Embrapa e tecnologias para o cultivo dos solos ácidos dos cerrados. As políticas de apoio (crédito e preços mínimos) e de preços de combustíveis subsidiados foram essenciais para a expansão da fronteira. Após 1960, ocorre intensa transformação econômica na região que passa a ser caracterizada como fronteira capitalista recente (mecanizada), onde novos espaços foram incorporados ao processo produtivo (agricultura capitalizada) integrando esta área ao mercado nacional e internacional (MUELLER, 1992).

No governo de Médici (1969-1974), criou-se o Plano de Integração Nacional – PIN, que dentre outras obras, promoveu a construção da BR-158 ligando Barra do Garças à São Félix do Araguaia.

As atividades de investimento estatal promoveram o incremento da problemática socioeconômica do mercado de trabalho, no setor agrário, pois a infraestrutura implantada no espaço agropecuário acentuou a valorização das terras e a concentração da propriedade em

grandes extensões. Em decorrência da valorização das terras, o pequeno produtor vendeu sua propriedade e migrou para a cidade, o que se constituiu em mecanismo de expulsão do pequeno produtor mato-grossense.

Os investimentos no setor agrário e em infraestrutura proporcionaram a migração da força de trabalho do Nordeste e do Centro-Sul para a fronteira agrícola no estado de Mato Grosso. No caso do Nordeste, a situação econômica encontrava-se estagnada, com solos exauridos e desgastados pela intensa utilização da terra e concentrada nas mãos dos latifundiários. Além da baixa produtividade, há também o processo de modernização da agricultura que estimulou a migração da força de trabalho da Região do Nordeste para o Mato Grosso. Em São Paulo e estados do Sul, os fatores de migração (expulsão) dos agricultores estão relacionados ao processo de modernização da agricultura, que supervaloriza a terra e restringe o acesso aos que não podem competir; com isso, diminui a necessidade de trabalhadores na lavoura e, sobretudo, promove a concentração fundiária (PIAIA, 1997).

A força de trabalho expulsa dessas áreas dirigiu-se para a nova fronteira agrícola modernizada no território mato-grossense. A migração da força de trabalho para a fronteira agrícola mecanizada em Mato Grosso foi proporcionada pelo fato desta fronteira transformase em um espaço econômico atrativo para a força de trabalho alocar-se neste circuito econômico produtivo. Uma parcela da mão-de-obra foi absorvida pelo setor burocrático e afazeres técnicos das empresas envolvidas no processo produtivo agrícola e a outra, foi alocada em caráter sazonal em épocas de safra ou plantio. Esta força de trabalho migrada constituiu-se em um fator socioeconômico que contribuiu na formação da fronteira agrícola capitalizada (mecanizada) em Mato Grosso, pois constituiu a mão-de-obra disponível para lidar no novo circuito produtivo.

Da mesma forma, a ampliação da propriedade privada da terra e do acesso ao crédito bancário apenas para o grande proprietário constituíram-se em elementos estruturais, no processo de diferenciação social dentro do espaço agrário. Estes elementos não conduziram a que todos os imigrantes experimentassem uma ascensão econômica. Constituíram-se, todavia, em mecanismos, cuja função era estabelecer condições discriminatórias, dentro de um processo de produção, em que alguns migrantes ascendem socialmente, conduzindo à configuração de uma classe média agrária, enquanto outros se proletarizam ou procuraram outras tentativas de ascender economicamente, avançando para zonas mais afastadas da fronteira, pelo fato de não ter fácil acesso ao crédito rural. A expulsão, a proletarização, e mesmo, a pauperização constitui-se em fenômenos observáveis nas zonas de colonização (KINZO 1982).

Tanto o processo de colonização, como os programas de ocupação tiveram como objetivo contornar a deficiência do mercado de trabalho agropecuário no estado e até mesmo desestimular a efetiva implantação da Reforma Agrária almejada pelo campesinato; sendo, portanto, não apenas um instrumento de política ocupacional, mas também um mecanismo de caráter social. Neste contexto, pode-se dizer que a colonização das regiões de fronteira agrícola é utilizada atualmente para instalar os 'excedentes' de mão-de-obra criada pela mecanização, e para reduzir os efeitos sociais negativos de uma política agrícola instável orientada para o crescimento das exportações (SWAIN, 1988). As tensões, os litígios e os conflitos sociais resultantes de problemas fundiários também são amenizados com o reassentamento populacional, através de projetos de colonização.

Os projetos de colonização constituíram num mecanismo sociopolítico estratégico de absorção da mão-de-obra liberada, na época, pela decadência da mineração diamantífera do Leste mato-grossense, bem como uma estratégia capaz de promover o seu desenvolvimento, em especial, de sua porção setentrional (MOURA, 1983). Numa segunda instância, os contingentes demográficos das colônias deveriam funcionar como "viveiro de trabalhadores disciplinados e produtivos" para atender à futura demanda da fronteira agrícola em expansão (GONTIJO, 1988).

A maioria das colônias eram divididas e vendidas para pequenos produtores de base familiar com o objetivo de manter fixo uma reserva de mão-de-obra para lidar na grande produção. Os colonos para garantir sua sobrevivência, sazonalmente vendiam sua força de trabalho ao grande produtor. Portanto, a intenção das empresas colonizadoras não era apenas colonizar

a terra, mas também criar um reserva de mão-de-obra, de modo a tornar viável o seu empreendimento econômico.

Ao vender pequenos lotes, a empresa colonizadora criou um mercado de terras em potencial, pois a maior parte dos pequenos produtores, não tendo condições de cultivar por muito tempo a sua terra em virtude do desgaste do solo e, sobretudo, pela falta de condições financeiras, vendeu o seu lote à própria empresa colonizadora, transformando, assim, os pequenos lotes de terras em latifúndios (MOURA, 1983).

Entre os anos 1930 e 1970, predominaram os ciclos econômicos da mineração e da agricultura comercial. A agricultura comercial teve subsídios e investimentos públicos estadual e da União. Posteriormente a esse período, o ciclo produtivo configurou-se na agricultura comercial, monocultora, sojifera, voltada para a exportação. O Estado continuou sendo o principal agente de fomento no processo de desenvolvimento deste circuito produtivo na fronteira capitalizada no cerrado mato-grossense.

Convém enfatizar que o modelo de desenvolvimento regional em Mato Grosso, caracterizou-se pela agropecuária, pela produção intensiva de grãos e pela atuação maciça do Estado para assegurar a acumulação de capital e da oferta de mão-de-obra. Também foi o responsável pelo processo de urbanização regional. Nos períodos históricos comentados, o padrão de acumulação e a atividade econômica no estado basearam-se no extrativismo mineral e vegetal e, sobretudo a agricultura comercial e a agropecuária.

AGRICULTURA MECANIZADA PARA EXPORTAÇÃO SUBSIDIADA (PÓS 1970)

A partir dos anos 1970, o governo federal estimulou a fixação de grandes empresas rurais cedendo-lhes financiamentos via Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, BASA e SUDECO. Esses incentivos eram acessíveis apenas aos grandes proprietários, o que proporcionou a concentração fundiária (NASCIMENTO, 1997). O pequeno produtor foi obrigado a vender suas terras por preços abaixo de mercado, por não ter condições de competir com o latifúndio.

No final da década de 1970, o governo militar implantou uma política agropecuária com finalidade de exportação e em Mato Grosso, a pecuária recebeu vários incentivos, principalmente depois que o estado passou a integrar a Amazônia Legal, em 1972. Programas como POLO-AMAZÔNIA e POLO-CENTRO voltaram-se para o setor agropecuário e, em especial, para a pecuária. De acordo com o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND de 1975 a 1979, os planos de pólos pecuários elevaram consideravelmente o rebanho da Amazônia, devendo ser desenvolvido no Norte mato-grossense, Goiás e no Sul do Pará nas áreas de cerrado (NASCIMENTO, 1997).

Em 1971, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária estabelece uma política de transferência das áreas colonizadas pelo poder público para o setor privado. Essa transferência limitou-se a delegar direitos em áreas prioritárias à Reforma Agrária, principalmente na região norte do estado, incorporando-a à fronteira agrícola mecanizada do Centro-Oeste. Em 1972, o mesmo órgão, concede à iniciativa privada o direito de desenvolver projetos agropecuários de pequeno porte na Amazônia meridional, com o intuito de favorecer a imigração de pequenos e médios produtores para a região. Vários foram os projetos de colonização implantados no Norte do estado pelo INCRA. Para que isso ocorresse, a criação dos eixos rodoviários federais teve grande importância, principalmente as BR-163 e BR-364, as quais permitiram ligação de Rondonópolis a Cuiabá e do Sul ao Norte do estado.

Dois programas contribuíram consideravelmente para a formação da fronteira mecanizada no estado, dentre os quais se destaca o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLO-CENTRO), instituído em 1975. Concedeu estímulos, especialmente via crédito subsidiado, aos que desejassem investir na agricultura do Cerrado Central com o objetivo de incorporar mais terras mecanizadas para o cultivo da sojicultura. Do Programa de Integração Nacional (PIN), sugeriram os projetos de colonização privada e dirigida (pública) em áreas de transição (área de povoamento e de fronteira aberta) da Amazônia mato-grossense.

Nos anos 1980, o Estado continuou a ter ação destacada em Mato Grosso, apesar do volume de crédito rural ter sido reduzido no final da década, pela crise econômica brasileira. Mesmo que os vários projetos do II PND não tivessem sido implantados completamente em função da

crise econômica, o incentivo e o provimento estatal foram importantes para o Mato Grosso nesta década (NASCIMENTO, 1997).

A atuação das políticas de provimentos na esfera federal e estadual, juntamente com a ampliação e melhoria da malha rodoviária, a expansão das telecomunicações e a abertura de novas fronteiras agrícolas, em imensas glebas de colonização particular e pública, são fatores que contribuíram para a consolidação de ocupação e formação da fronteira mecanizada e ampliação do processo de urbanização no estado. Essa fronteira, juntamente com o processo de urbanização, é fruto de uma política de provimento para a territorialização do grande capital na região.

REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO AGRÍCOLA

O mercado de trabalho mato-grossense, a partir dos anos de 1980, tem acompanhado a dinâmica do cenário nacional, em termos do incremento do desemprego e aumento da economia informal. As condições de trabalho expressam-se com significativa precariedade e acentuado aumento de novas relações de capital/trabalho caracterizadas pela não contribuição de encargos sociais e previdenciários no do mercado de trabalho estadual. Para exemplificar esse raciocínio, em 1996 no total da População Economicamente Ativa² mato-grossense, 69,67% (tabela 01) não contribuía para a Previdência Social e 30,33% apenas deste total, eram considerados formalmente contribuintes do volume da PEA (PNAD, 1996).

Entretanto, no setor agrícola esta situação é ainda mais delicada, uma vez que, do total da PEA agrícola³ no estado, apenas 8,98% contribui para a Previdência Social, enquanto 91,01% não contribui, o que significa afirmar que parte significativa da PEA no setor agrícola não tenha cobertura social e previdenciária, conforme apontam os dados da tabela 01 a seguir. A partir desta constatação, pode-se afirmar que os padrões ficarão isentos de gastos adicionais com a mão-de-obra demandada.

Tabela 01 - População economicamente ativa contribuinte e não contribuinte em Mato Grosso em 1996.

PEA contribuinte para Previdência Social	PEA não contribuinte para a Previdência Social
Total absoluto 330.258	Total absoluto 758.271
Total relativo 30,33%	Total relativo 69,67%
PEA no setor agrícola contribuinte para Previdência Social	PEA no setor agrícola não contribuinte para Previdência Social
Total absoluto 32.084	Total absoluto 324.814
Total relativo 8,89%	Total relativo 91,01%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD/IBGE – 1996.

Analisando ainda os dados do PNAD (1996), percebe-se que grande parte dos trabalhadores tem uma jornada de 49 horas semanais ou mais, entre os quais, a categoria dos assalariados e temporários detém maior volume.

Em Mato Grosso, conforme demonstra o PNAD (1996), o setor primário ligado às atividades agrícolas e extrativas é o que absorve maior volume de mão-de-obra, representando 32,78% do total da População Economicamente Ativa. Esse percentual confirma a relevância do setor agrário na economia do estado.

A População Economicamente Ativa agrícola mato-grossense tem um percentual expressivo nos últimos anos, contrapondo o que ocorreu entre 1950 e 1970. Segundo o censo demográfico de 1991, o percentual da PEA agrícola, naquele ano, era de 27,16% do total. Enquanto em 1996, segundo o PNAD (1996), o percentual da PEA agrícola elevou para 32,78% sua participação no total do estado, mesmo com os efeitos de redução da oferta de mão-de-obra da mecanização agrícola e do processo de automatização nas relações de produção agrária. Esse raciocínio leva a concluir que a economia estadual é fortemente

² População Economicamente Ativa (PEA) compreende o potencial de mão-de-obra que pode ser empregada no mercado de trabalho ou as pessoas com faixa etária compatível para a inserção no mercado de trabalho.

³ A população economicamente ativa agrícola na presente discussão teórica representa o trabalhador que tem vínculo empregatício no setor agrícola em atividades comerciais urbanas na venda de agrotóxicos, fertilizantes, autopeças, máquinas agrícolas ou trabalha diretamente na produção agrícola no campo.

potencializada pelo setor produtivo agropecuário e que o mercado de trabalho é fortemente caracterizado pela PEA agrícola.

A sojicultura é a principal atividade econômica no setor agrícola no estado, mas, ultimamente, o algodão vem ocupando lugar considerável na pauta de produção no cerrado mato-grossense. A alta produtividade do ciclo produtivo algodoeiro nas zonas de cerrado é algo novo na região, pois antes dos anos 1990, sua produção era proveniente de áreas não caracterizadas por cerrado. Nos anos 1960 e no começo da década de 1970, o plantio do algodão era feito nas terras mais férteis da região, por métodos manuais que exigiam a contratação em abundância de mão-de-obra temporária em sua colheita.

Nos últimos anos, com o avanço tecnológico da agricultura mecanizada, o eixo da produção em escala empresarial migrou para o cerrado. Atualmente, o estado é um dos maiores produtores de algodão, com 40% da safra nacional.

Com a introdução do progresso técnico agrícola no cerrado mato-grossense, a produtividade média do algodão subiu para 130 arrobas por hectare, superior ao plantio tradicional. Com isso ocorreu a migração da produção para o cerrado, e ao mesmo tempo, aumentou o coeficiente de produtividade expandindo a área plantada no cerrado.

Além da cotonocultura em destaque, a suinocultura será um dos próximos circuitos produtivo do setor agropecuário com tendência alcançar o mercado externo. Até 2005, este circuito recebeu investimentos da ordem de US\$ 100 milhões na criação de 50 mil matrizes, em Mato Grosso, provenientes do capital dos Estados Unidos. Este segmento agropecuário será desenvolvido em padrões tecnológicos avançados com tendência de não propiciar o incremento de mão-de-obra em virtude do processo de automatização.

Acredita-se que caracterizar o processo de ocupação e produção espacial na fronteira em estruturação no território matogrossense, permitirá compreender com mais clareza o processo de urbanização estadual, que será esboçado nos próximos parágrafos.

PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM MATO GROSSO

O processo de ocupação e urbanização no estado está relacionado com os ciclos econômicos e com os processos de colonização na fronteira. Um dos ciclos econômicos a proporcionar a ocupação humana em Mato Grosso foi o da mineração e, o outro, foi a agricultura mecanizada e tecnificada para exportação. Assim, as atividades garimpeira e pecuária constituíram-se nas primeiras atividades de acumulação capitalista a influenciar na formação de áreas urbanas na região.

A Região Sudeste Mato-grossense foi uma das primeiras áreas a ser ocupada nos anos 1940, que ao longo do seu crescimento econômico e demográfico teve sua dinâmica intrinsecamente ligada aos ciclos econômicos. A realidade socioeconômica de cada unidade urbana, dentro do avanço capitalista sobre as demais, provocou um desenvolvimento desigual entre estas unidades urbanas.

No ciclo econômico da mineração, a ocupação humana em Mato Grosso, estabeleceu-se de forma significativa, porém, as áreas urbanas que surgiram nas imediações das áreas de atividade garimpeira, tais como Tesouro, Guiratinga, Poxoréo, Poconé, Pontes Lacerda e Arenápolis não tiveram um planejamento urbanístico adequado.

EVOLUÇÃO DA REDE URBANA MATO-GROSSENSE (1951-1970)

Vale lembrar que a evolução ou involução urbana e o processo de urbanização não estão relacionados somente com os fatores econômicos e demográficos, mas a análise da evolução e involução urbana em Mato Grosso no presente artigo, se limita aos aspectos econômicos e demográficos.

Para Correia (2006), rede urbana é um conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos e suas hinterlândias, envolvendo uma complexa diferenciação entre cidades. Para o referido autor, rede urbana é um fenômeno que começou a constituir-se no alvorecer do capitalismo, no século XVI. No entanto, diferente do que muitas abordagens defendem, a rede urbana não existe apenas nos países desenvolvidos. Ou seja, também ocorre nos países

subdesenvolvidos. Isso mostra que a constituição territorial pela via das redes é um fenômeno fortemente ligado ao capitalismo. Uma rede urbana é configurada pela diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidade e região. E, sobretudo, pela divisão territorial do trabalho; as relações entre a rede urbana e os ciclos de exploração; rede urbana e forma espacial e periodização da rede urbana; as regiões de influência de capitais regionais e metrópoles regionais, como é o caso de Belém, Curitiba, Goiânia e Fortaleza. É a partir desta noção de rede urbana, que a análise da rede urbana de Mato Grosso foi trabalhada no presente artigo.

O crescimento populacional entre 1950 e 1970, em Mato Grosso, não somente esteve relacionado com a acumulação capitalista garimpeira e com a simultânea dinamização de suas áreas agrícolas, que provoca a expansão, principalmente, das atividades comerciais, prestações de serviços e transportes no circuito urbano (AMORIM, 1973).

A atividade econômica garimpeira influenciou fortemente no fenômeno urbano mato-grossense, até os anos 1970. As áreas urbanas tiveram seu crescimento demográfico atenuado, posteriormente aos anos 1980, em virtude do declínio da atividade mineradora. Verifica-se que as cidades oriundas do extrativismo mineral ou vegetal e as do processo de colonização em território mato-grossense entre 1950 e 1996, tiveram uma dinâmica demográfica não linear e instável no decorrer do período. Num intervalo de 46 anos (1950 a 1996), os municípios de Cáceres, Guiratinga, Poxoreo, Rosário Oeste, Tesouro, Torixoréu e Jaciara tiveram sua população incrementada ou reduzida, conforme apontam dados da tabela 02 a seguir. O município de Jaciara teve um incremento demográfico de 476% entre 1960 e 1970. Este aumento foi proporcionado pelo fato da criação da BR – 346 nos anos 1960 que passa nas imediações da cidade. Os municípios referidos na tabela 02 são para fazer uma ilustração e constatação da evolução e involução da população de Mato Grosso, atualmente, o estado tem mais de 140 municípios.

Analisando os dados do Censo Demográfico 1991 e o Censo Demográfico de 2000, é possível constatar que houve um aumento considerável da população dos municípios de Primavera do Leste e de Campo Verde. No intervalo de tempo de 1980 e 1991 Campo Verde mais que duplicou a sua população. Em 1980 que tinha 2.451 habitantes, em 1991 passou ter 5.974. O município de Primavera do Leste que em 1980 tinha uma população de 6.874, em 1991 sua população alcançou o patamar de 12.533 habitantes. Se comparar a dinâmica do crescimento da população dos municípios de Campo Verde e Primavera do Leste, com a dos municípios referidos na tabela 02 no ano de 1996, verifica-se que estes municípios (tabela 02), em sua maioria tiveram um decréscimo de sua população. Com exceção os municípios de Acorizal que cresceu 13% e Juscimeira que cresceu 4%. Esta constatação é explicada pelo fato dos municípios de campo Verde e Primavera do Leste estarem inseridos em uma região de agricultura mecanizada na área de cerrado onde a produção agrícola nos últimos anos aumentou e proporcionou o desenvolvimento regional e, que em função deste desenvolvimento econômico, atraiu mais pessoas para estas localidades. Entretanto, nos municípios referidos da tabela 02, são áreas de ocupação antiga baseada na atividade garimpeira ou na agricultura tradicional que nos últimos anos vem declinando a sua economia e estimulando o processo de emigração.

As cidades influenciadas pela atividade garimpeira diminuíram significativamente sua população nos anos de 1970. O município de Guiratinga da Microrregião Garças, área tradicional de garimpo e pecuária apresentou uma diminuição da sua população entre 1950 e 1996, de 18.627 habitantes, diminuiu para 13.509. O município de Tesouro, que em 1960 detinha 6.395 habitantes, diminuiu para 3.720 em 1996. Poxoréu permaneceu estável no período de 1950, de 21.720 habitantes para 21.846 habitantes em 1996, apesar das variações neste intervalo de tempo, conforme apontam os dados da tabela 02.

As áreas urbanas criadas a partir do processo de colonização nasceram com uma infraestrutura urbana considerável em virtude de serem planejadas e terem apoio do poder público. Dotadas de serviços de saúde, de educação formal (escolas urbanas e rurais), além dos serviços das agências do poder público de apoio à produção agrícola, à comercialização, à segurança e de indústrias de transformação (madeireiras e agroindústrias), constituem uma realidade complexa em que as cidades deixam de surgir espontaneamente e aparecem como resultantes de um plano governamental, afirma KINZO (1982).

Nos municípios criados na porção Norte mato-grossense, onde há intensa extração de madeira, a entrada da indústria madeireira contribuiu para acelerar o processo de urbanização. Desenvolveu-se o setor de comércio e de serviços, o que atraiu muitas famílias para o interior do município e de regiões circunvizinhas para os núcleos urbanos. Houve uma redução demográfica nos últimos anos em vários municípios de Mato Grosso. Colíder que em 1980 tinha 34.503 habitantes em 1992, 12 anos depois, passou para 31.162 habitantes, um decréscimo de 9,70% em sua população. Dom Aquino, que detinha 16.469 habitantes em 1970, em 1980 passou para 11.753, obtendo uma redução da ordem de 28,60%. O município de Cáceres, que na década de 1960 tinha 27.726 habitantes, em 1970 obteve uma população de 85.783, um aumento de 209% de sua população e na década seguinte, decaiu 31,14%, conforme apontam dados da tabela 02.

Os municípios de Jaciara e Porto dos Gaúchos, entre 1960 e 1992, detiveram uma dinâmica demográfica variável neste intervalo de tempo. Jaciara que em 1960 tinha 5.561 habitantes, em 1970 passou para 32.057 e teve um incremento de 476%, enquanto que, entre 1970 e 1980, houve um decréscimo populacional de 54,96%. Porto dos Gaúchos no período de 1970 que tinha 1.202 habitantes, em 1980 passou para 15.065, incrementou 1.153%. Porém de, 1980 a 1992, teve sua população reduzida para 56,65%. E por último, pode-se citar o município de Acorizal, entre 1960 e 1970, sua população aumentou em 49,75%, em contrapartida, da década de 1980 para 1992, reduziu-se em 38,45%, conforme apontam dados da tabela 02.

Tabela 02 - Involução e evolução da população de Mato Grosso por município entre 1950 e 1996

Municípios	Ano					
	1950		1960		1970	
	V. abto*	V. abto**	V. r (%)	V. abto	V. r (%)	
Acorizal	-----	5.913	-----	8.855	+49,75	
Alto Paraguai	-----	7.967	-----	11.394	+43,00	
Barão do Melgaço	-----	-----	-----	9.874	-----	
Cáceres	19.262	27.726	+43,94	85.783	+209,40	
Colíder	-----	-----	-----	-----	-----	
Dom Aquino	-----	-----	-----	16.469	-----	
Guiratinga	18.627	10.431	-44,00	15.255	+46,00	
Jaciara	-----	5.563	----	32.057	+476,00	
Jauru	-----	-----	-----	-----	-----	
Juscimeira	-----	-----	-----	8	-----	
Nova Brasilândia	-----	-----	-----	-----	-----	
Peixoto de Azevedo	-----	-----	-----	-----	-----	
Porto dos Gaúchos	-----	-----	-----	1.202	-----	
Poxoreo	21.720	16.687	-23,00	27.552	+65,00	
Rosário Oeste	16.883	27.283	+61,00	18.060	-33,80	
Salto do Céu	----	-----	----	-----	-----	
São Felix do Araguaia	-----	-----	-----	-----	-----	
Tesouro	-----	6.395	-----	5.836	-8,70	
Torixoréu	-----	5.381	-----	6.229	+15,80	

Continuação

Involução e evolução da população de Mato Grosso por município entre 1980 e 1996

Municípios	Ano					
	1980		1992		1996	
	V. abto	V.r (%)	V. abto	V.r (%)	V. abto	V. rtvo (%)
Acorizal	8.609	+2,80	5.298	-38,45	5.993	+13,00
Alto Paraguai	10.659	-6,50	13.793	+29,00	11.227	-18,60
B. do Melgaço	8.255	-16,40	9.857	+19,00	7.852	-20,00
Cáceres	59.067	-31,14	77.475	+31,16	73.596	-5,00
Colíder	34.503	-----	31.162	-9,70	28.416	-8,81
Dom Aquino	11.753	-28,60	8.943	-23,90	8.247	-7,78
Guiratinga	13.585	-10,90	14.685	+8,00	13.509	-8,00
Jaciara	14.438	-54,96	21.911	+51,00	20.953	-4,37

Jauru	16.696	-----	13.213	-20,86	11.864	-10,20
Juscimeira	12.757	----	10.940	-14,20	11.380	+4,00
Nova Brasilândia	11.493	----	9.609	-16,40	5.938	-38,00
P. de Azevedo	-----	-----	37.201	----	29.237	-21,00
P. dos Gaúchos	15.065	+1.153	6.530	-56,65	6.036	-7,50
Poxoreo	28.054	+1,80	23.831	-15,50	21.846	-8,00
Rosário Oeste	19.757	+9,40	20.046	+1,46	16.019	-20,00
Salto do Céu	11.249	-----	7.403	-34,00	5.669	-23,00
São F. do Araguaia	11.063	---	14.767	+33,00	10.862	-26,00
Tesouro	3.693	-36,72	4.558	+23,00	3.720	-18,00
Torixoréu	8.094	+30,00	8.353	+3,00	5.607	-32,87

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1960. Anuário Estatístico de 1992 – IBGE. *V. abto. Valor absoluto. **V. r (%) – Valor relativo. Sinais de + ou – indica aumento ou diminuição da população.

As oscilações do crescimento demográfico dos municípios estão relacionadas com o declínio da atividade garimpeira ou da estagnação da economia agrícola.

A rede urbana, influenciada pelo ciclo mineral, declinara sua população. A rede urbana nas áreas de origem do processo de colonização também teve a sua população diminuída, por três motivos. Primeiro, com a escassez da madeira, em virtude das queimadas e desmatamento predatório, a indústria madeireira passa por momentos de redução de demanda e compressão de seus lucros, o que tem levado este setor e os que dele dependiam mais diretamente, a enfrentar uma fase de dificuldade, bem como provocado o desemprego de muitos trabalhadores (GUIMARÃES, 1988). Segundo, porque com o crescimento demográfico a infraestrutura urbana e de serviços públicos existentes não fora suficiente para a demanda de toda a população urbana. Terceiro, porque, com o desgaste do solo, os colonos e pequenos produtores, a maioria dos municípios locais emigrou para outras regiões, onde a fronteira encontrava-se em expansão.

As cidades mato-grossenses, oriundas da antiga ocupação, contrastam das cidades criadas pelas empresas de colonização, não por sua estrutura urbanística (planejadas) ou pela direção de desenvolvimento, que tomam como centro urbano, mas, pelas razões que surgem e pelo modo como se estruturam para servir a um determinado grupo social. As áreas urbanas provenientes do processo de colonização foram criadas para servir de suporte à ocupação dos “espaços demograficamente vazios” da fronteira agrícola, tendo como finalidade congregar uma complexidade de serviços a serem oferecidos a uma população de produtores autônomos (colonos), que irá se fixar na área rural ou suburbana.

Estas áreas urbanas, como estrutura complementar ao empreendimento da colonização, terão seu dinamismo na atividade econômica de um trabalhador rural livre, que participa amplamente do mercado, como vendedor de sua força de trabalho e da produção agrícola. As cidades das áreas de colonização surgem com construções de categorias sociais novas na região, como o trabalhador temporário e o assalariado (KINZO, 1982).

Ao contrário das cidades das áreas de colonização, as zonas urbanas de atividade econômica baseada no extrativismo mineral, não foram planejadas, a dinâmica da economia urbana está ligada diretamente ao comércio garimpeiro e o trabalhador não é livre, vende sua força de trabalho ao intermediário comprador da matéria-prima. E aquelas áreas que não se adaptaram ao processo de mecanização e modernização agrícola, tiveram uma redução no seu crescimento econômico e demográfico.

As áreas urbanas criadas pelos condicionamentos da atividade agrícola mecanizada detêm uma especificidade no processo de urbanização das cidades de procedência da colonização e da atividade garimpeira. As áreas urbanas e os espaços rurais detêm características bastante comuns. Na cidade, há atividades agrícolas, e no campo, passa a ter uma série de infraestrutura urbana.

As zonas urbanas de ocupação mais antigas do período do ciclo econômico de mineração, do ponto de vista econômico, estão em declínio. A partir da implantação da agricultura mecanizada em Mato Grosso, cria-se uma divisão regional e territorial do ponto de vista

técnico, do mercado de trabalho. O fator econômico e o padrão de acumulação não apenas alteraram as relações de capital/trabalho, como também o processo de urbanização e a organização espacial urbana e agrária do território estadual.

A rede urbana em Mato Grosso, no decorrer do século XX, foi se estruturando de forma diferenciada no seu território. No decorrer do período histórico, enquanto umas cidades continuaram exercendo influência regional, outras desapareceram como zona urbana considerada como área de influência, devido o declínio dos ciclos econômicos ou pela redução dos recursos naturais. A influência regional das cidades na rede urbana se manifesta conforme a atividade ou ciclo econômico vigente e, até mesmo, de sua localização geográfica na malha rodoviária.

Quando se analisa a configuração da rede urbana mato-grossense nos intervalos dos censos entre 1950 até 1996, constata-se que em cada período histórico, no intervalo de 10 anos da formação econômica e demográfica, terá uma nova configuração da rede urbana. A partir de 1950, foram surgindo outras cidades sub-regionais no território estadual, cujo desenvolvimento econômico estava sob comando da atividade garimpeira. A primeira a despontar, em 1950, foi Poxoréo, cuja atividade econômica baseara-se na extração garimpeira com um total de 21.720 habitantes, representando 12,16% da população estadual, conforme apontam dados do Anuário Estatístico do IBGE (1992).

Na década de 1960, Poxoréo desaparece como pólo de atração demográfica regional, em virtude de sua atividade econômica entrar em declínio. Cáceres passa ser a segunda cidade de preponderância regional com 27.726 habitantes. Seu crescimento demográfico e econômico deve-se a sua proximidade à capital e situar-se na zona de fronteira agrícola que se deslocava do Norte paranaense para o Sul de Mato Grosso, na década de 1960.

Em 1970, a rede urbana metamorfoseia-se, quando as cidades de Rondonópolis e Jaciara alcançam posição considerável dentro da rede urbana estadual. Rondonópolis tem seu desenvolvimento regional favorecido pelos eixos rodoviários da BR-163 interligando-a ao centro sub-regional Campo Grande do Centro-Oeste e a BR-364 interligando-a ao centro regional cuiabano. Da mesma forma, Jaciara foi beneficiada com a construção da BR-364 em suas imediações e, sobretudo, com a intensa produção da cana-de-açúcar e implantação da agroindústria canavieira.

DINÂMICA RECENTE DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E DA REDE URBANA MATO-GROSSENSE

No período de 1970 a 1980, verificou-se um grande crescimento urbano, em parte devido ao que ocorreu no campo o êxodo rural e a imigração de trabalhadores de outras unidades da federação. Com o intenso fluxo migratório na década de 1980, o volume demográfico quase duplicou e a população urbana superou a rural. O Censo Demográfico de 1991 revela uma população 2.027.231 habitantes em Mato Grosso. Destes, 1.485.110 viviam em áreas urbanas representando 73% do total e 542.121, nas áreas rurais, constituindo 27% do total, conforme demonstram os dados da tabela 03.

Tabela 03 - População urbana e rural em Mato Grosso em 1991

População total em 1991 - 2.027.231 habitantes	
População urbana	População rural.
1.485.110	542.121
73% do total	27% do total

Fonte: PIAIA (1997).

Até a década de 1970, o município de Cáceres permanecia com seu crescimento econômico e populacional constante. Várzea Grande cresceu demograficamente em decorrência de sua localização geográfica próxima à capital e, sobretudo, com a implantação de agroindústrias em seu distrito industrial. Porém depois dos anos de 1980, Rondonópolis se sobrepõe por adquirir um intenso processo de mecanização na agricultura de exportação, juntamente com a

expansão da infraestrutura viária e implantação de agroindústrias em seu entorno imediato. Com isso há um crescimento econômico e do processo de urbanização local.

Rondonópolis, oriunda do processo de colonização teve significativo desenvolvimento econômico regional, em parte devido a sua incorporação aos espaços produtivos do Sul do estado. Seu crescimento também se fundamentou na importância dos eixos rodoviários, principalmente com a implantação da BR-364 (Cuiabá/Santarém) e BR-163 (Cuiabá/Porto Velho). O desenvolvimento do município foi incentivado pela penetração do grande capital (chegada de multinacionais como ADM e Bunge), na fronteira em expansão incentivada pelo processo de colonização apoiado pela gestão governamental.

A cidade de Rondonópolis desempenha um papel importante na rede urbana da Região Sudeste Mato-grossense. Nesta cidade, se concentra grande parcela de atividades comerciais, econômicas e de prestação de serviços circunscritas no seu espaço, principalmente aquelas revestidas de um elevado conteúdo técnico. Dois grupos que operam no mercado de sementes, a EMBRAPA/Fundação Mato Grosso e a Monsoy/Monsanto, consolidam Rondonópolis como referência neste segmento de produção e comercialização de sementes, tanto no Sudeste mato-grossense como na própria Microrregião de Rondonópolis, além da presença de agroindústrias da ADM (potência ianque que comprou a unidade industrial local da Sadia), que fabrica óleo de soja, de laticínios, frigoríficos, como Agra e Frivale, e agroindústrias que atuam no setor têxtil.

Atualmente, a Microrregião de Rondonópolis constitui uma região polarizada no Sudeste mato-grossense, o que a caracterizou como uma cidade-região e tornou-a um centro que coordena e dirige as atividades de produção, conquistando uma série de funções polarizadas, em relação às demais cidades da região. Essa pujança econômica da cidade de Rondonópolis é um desdobramento do processo produtivo implantado, a partir de 1970.

De acordo com o Censo Demográfico de 1996, a população urbana chegou 75,87% no estado e apenas 24,13% do total da população residiam nas zonas rurais. Este percentual do crescimento da população urbana é superior ao de 1991, que era por volta de 73%, conforme apontam os dados da tabela nº 04 a seguir. Não somente em todas as cidades há essa concentração demográfica, como também nos centros sub-regionais e, principalmente na região cuiabana, que engloba a capital e Várzea Grande, que detém 28% dos habitantes do estado. Por outro lado, os quatro municípios mais populosos, em 1996, perfaziam 37,69% do total do contingente demográfico mato-grossense, quase o mesmo percentual de 16 anos atrás que era 37,76%, conforme demonstram os dados do Censo Demográfico de 1980 e 2000.

Tabela 04 - Aumento da população urbana de Mato Grosso entre 1991 e 1996

Ano de 1991		Ano de 1996	
Total 2.027.231 habitantes		Total 2.235.832 habitantes	
População urbana	População rural	População urbana	População rural
Subtotal 1.485.110 hab.	Subtotal 542.121 hab.	Subtotal 1 695 548 hab.	Subtotal 540.284 hab.
Números relativos 73%	Números relativos 27%	Números relativos 75,87%	Números relativos 24,13%

Fonte: IBGE - Censo demográfico de 1996 e de 2000.

É importante enfatizar que dentro da rede urbana mato-grossense há disparidades econômicas regionais, as quais se refletem também na divisão territorial e social do trabalho. Este fenômeno de natureza sócio-econômica é explicado pelo fato de algumas zonas estarem economicamente empobrecidas, em virtude de sua atividade econômica entrar em declínio. Enquanto outras estão em ascensão econômica, principalmente aquelas ligadas à produção agrícola mecanizada.

Localizado na periferia do sistema urbano-industrial e na fronteira em formação brasileira, Mato Grosso detém uma rede urbana com atividades agrícolas superpostas à economia urbano-industrial em formação. Essas cidades poderiam ser consideradas tecidos proto-urbanos por serem manifestações incompletas do padrão urbano-industrial inserido no contexto territorial de fronteira amazônica de recursos, como afirma MONTE-MÓR (1998).

Convém lembrar que o aumento da população urbana mato-grossense configurou-se de forma diferenciada em três períodos históricos, isto é, entre 1870 e 1930, este processo baseou-se na atividade garimpeira calcada no regime de mão-de-obra escrava extratora e em cidades pequenas; entre 1931 e 1970, baseou-se na atividade agrícola comercial subsidiada e no processo de colonização e no regime de trabalho assalariado, do posseiro, do pequeno arrendatário. E após 1970, a expansão urbana deu-se por meio da atividade agrícola mecanizada monocultora de exportação e no regime de assalariamento como a PEA agrícola urbana e não urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa de campo e da revisão bibliográfica, constatou-se que o mercado de trabalho é vulnerável e passível de metamorfosear-se a qualquer ação da postura política do Estado ou dos condicionamentos do capital. No processo histórico do padrão de acumulação capitalista ou dos ciclos econômicos, a força de trabalho tende moldar-se e adaptar-se de acordo com os princípios e das regras da reprodução do capital. Desde o período agroexportador até o modelo do capitalismo industrial atual, toda vez que o modo de produção se reorganiza e se reestrutura suas bases produtivas, o mercado de trabalho necessariamente o reorganizará concomitantemente. A força de trabalho toma uma nova dimensão social toda vez que as fases cíclicas do capital mudam suas relações de produção, ou melhor, na fase agroexportadora tínhamos o escravo ou trabalhador manufatureiro e na fase do capital industrial, teríamos o operário assalariado. No caso da reprodução do capital agropecuário, a força de trabalho passou da condição escrava à assalariada temporária ou sazonal até o bóia-fria.

O crescimento da população urbana constitui uma variável de caráter social e econômico que pode variar no tempo e no espaço, isto é, acentuar ou reduzir de acordo com o crescimento econômico ou não e, também com a dinâmica dos ciclos econômicos.

Deduz-se também que a força de trabalho poderá ser mobilizada espacialmente ou migrada de uma região para outra, toda vez que o capital desloca para outra região ou quando há um crescimento econômico de determinada região. O desenvolvimento econômico de uma região torna-a mais atrativa para os trabalhadores de outras regiões.

O processo de mecanização agropecuária trouxe benefícios para a região, aumentou a produtividade e o PIB regional, mas pode-se ressaltar algumas observações em contrário. A mão-de-obra ofertada aumentou, mas em contrapartida, a mão-de-obra agrícola braçal foi excluída dos segmentos produtivos da região. O pequeno produtor foi um dos segmentos da classe trabalhadora que além de ser expropriados de suas terras, tiveram seu universo de perspectivas reduzidas quanto a sua a produção na terra.

Os agricultores para obterem o crédito junto aos bancos, necessitam de ter o título de propriedade da terra. Como muitos agricultores são posseiros e não têm esse título, acabam sendo excluídos do crédito agrícola. Esses são os mecanismos que determinam quem fica e quem é expulso do campo.

Geralmente os agricultores que permanecem no campo, são os que têm uma propriedade razoável e conseguem os créditos agrícolas, tendo estrutura suficiente para desenvolver a produção, pagar os bancos, aí sim, progridem e capitalizam-se.

O capital agropecuário foi o agente mais beneficiado em sua reprodução ampliada. As empresas agropecuárias tiveram sua margem de lucratividade e produtividade acentuada no sistema integrado da produção regional. Outro fator que propiciou a lucratividade destas empresas foi exatamente a topografia plana do terreno, o que reduziu os obstáculos físicos ao trabalho mecanizado, isto é, permitiu aos tratores e colheitadeiras o fácil acesso do tráfego sobre o solo. A classe política local (municipal e demais) também foi privilegiada, pois com o crescimento econômico do PIB da região ao mesmo tempo, esta classe pode-se dispor mais recursos.

A modernização agrícola não foi capaz de reduzir as iniquidades sócio-econômicas na região. A modernização agropecuária representa um modelo de modernização conservadora por três razões: primeiro, porque foi incapaz de amenizar com as contradições sociais do campo, pelo contrário concentrou mais ainda estrutura fundiária; segundo tem por objetivo retardar a implantação de uma Reforma Agrária promissora e por último, sua finalidade principal é

conservar o modelo de produção do grande latifúndio e manter a eterna reprodução ampliada do capital agropecuário. A reprodução capitalista no campo e a concentração fundiária agravaram os problemas sociais.

Os padrões tecnológicos da modernização agropecuária exigidos pelo capital é aquela que menos exige oferta de força de trabalho na produção da soja, acarretando o aumento do desemprego tanto na zona urbana como na não urbana. Aliás, o “desemprego tecnológico” chegou ao campo.

O Estado foi um dos principais atores a consolidar e desenvolver economicamente a região, seja através de suas políticas explícitas ou implícitas tais como os projetos agropecuário implantados, executados, geridos e financiados pela SUDAM, POLOCENTRO, SUDECO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Sônia Naves David. **Urbanização e expansão agrícola: o caso de Mato Grosso**. Brasília-DF: Editora da UnB, 1973.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)**. Cuiabá-MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GONTIJO, Nicosina Maria Campos. **O Brilho e a Miséria: a exploração de diamantes em Poxoréo – MT (1930-40)**. Brasília-DF: Editora da UnB, 1988.

GUIMARÃES, Marcelo Duncan Alencar. **Os colonos de Rio Claro: um estudo de uma colonização no norte de Mato Grosso**. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) Instituto de Ciências Humanas e Sociais Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1988.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1996**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/IBGE.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1950**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/IBGE.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1960**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/IBGE.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico de 1982**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/IBGE.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico de 1992**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/IBGE.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílio – PNAD – 1996**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/IBGE.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/IBGE.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/IBGE.

KINZO, Mary Dayse. **Colonização e as transformações na estrutura de classes: de posseiros a colonos**. 1982. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Instituto de Ciências Humanas-UnB, Brasília-DF, 1982.

MONTE-MÓR, Roberto Luiz de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton *et alii*. **Território globalização e fragmentação**. 4^a ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1998, p. 167-186.

MOURA, Sandra Corrêa. **Aspectos da Pequena Produção em Mato Grosso: o caso de Jaciara e Juscimeira**. 1983. Dissertação (Mestrado em História Social) Instituto de Geociências - Universidade Federal do Rio de Janeiro: 1983.

MUELLER, Charles Curt. Dinâmica, Condicionantes e Impactos Sócio-ambientais da Evolução da Fronteira Agrícola no Brasil. Rio de Janeiro-RJ: **Revista da Administração Pública**. jul/set., 1992, p. 64-87.

NASCIMENTO, Flávio Antônio da Silva. **Aceleração Temporal na Fronteira**: estudo de caso de Rondonópolis-MT. 1997. Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Letras e Filosofia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PIAIA, Ivone Inêz. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá- MT, Editora da Universidade de Cuiabá, 1997.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Jovam Vilela. **A divisão de Mato Grosso**: uma visão histórica. Cuiabá-MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1996.

SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, Catherine. (Org.) BECKER, Bertha K. et al. **Fronteiras**. Brasília: EdunB, 1988, p. 19-37.